

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO				PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.128	1.652	Fornecedores	12	876	819
Concessionárias	5	1.002	904	Impostos e contribuições sociais	6	183	179
Impostos e contribuições sociais	6	1.593	1.488	Dividendos	15.2	849	556
Despesas pagas antecipadamente	25	25		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	2.222	2.068
Outros créditos	9	7	2	Obrigações estimadas com pessoal			16
		5.755	4.071	Encargos regulamentares e setoriais	1	1	
				Outras contas a pagar	9	371	634
						4.502	4.273
Não Circulante				Não Circulante			
Partes relacionadas	7	875		Empréstimos e financiamentos	13	10.161	12.339
Cauções e depósitos vinculados	8	1.021	931	Partes relacionadas	7	232	212
		1.021	1.806	Provisões	14	337	515
Imobilizado	10	24.115	25.914			10.730	13.066
Intangível	11	418	344	Patrimônio líquido			
		24.533	26.258	Capital social	15.1	12.396	12.396
				Reservas de lucros	15.3	3.681	2.400
						16.077	14.796
Total do ativo		31.309	32.135	Total do passivo e Patrimônio líquido		31.309	32.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)			
	Nota	2014	2013
Receitas	16	9.654	8.554
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(283)	(262)
	17	(283)	(262)
Custo de operação			
Pessoal		(70)	(102)
Materiais e serviços de terceiros		(2.121)	(2.014)
Depreciações e amortizações		(1.682)	(1.681)
Outros custos de operação		(291)	(279)
	17	(4.164)	(4.076)
		5.208	4.216
Lucro bruto			
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas		(142)	(196)
Depreciações e amortizações		(1)	(4)
Outras despesas e receitas operacionais		(17)	(17)
	17	(160)	(217)
		5.048	3.999
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			
Receitas financeiras		138	83
Despesas financeiras		(1.279)	(1.461)
Resultado financeiro	18	(1.141)	(1.378)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(332)	(278)
		(332)	(278)
		3.575	2.343

A Companhia não divulgou as demonstrações de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essas demonstrações registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2014 e 2013, além do próprio resultado do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)		
	2014	2013
Geração do valor adicionado	10.204	9.365
Receita operacional	10.020	8.878
Receita relativa à construção de ativos próprios	184	487
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.015)	(3.050)
Encargos de uso da rede elétrica	(283)	(263)
Materiais	(66)	(239)
Serviços de terceiros	(1.541)	(2.439)
Outros custos operacionais	(125)	(109)
Valor adicionado bruto	8.189	6.315
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.683)	(1.685)
Valor adicionado líquido produzido	6.506	4.630
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	138	83
Valor adicionado total a distribuir	6.644	4.713
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	45	65
Benefícios	12	20
FGTS	4	4
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	698	633
Estaduais	40	82
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.279	1.461
Aluguéis	142	105
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	849	556
	3.069	2.926
Lucros retidos	3.575	1.787
	6.644	4.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.396	2.347		14.743
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2013		(1.734)		(1.734)
Lucro líquido do exercício			2.343	2.343
Constituição de reserva legal		117	(117)	
Dividendos propostos			(556)	(556)
Dividendo adicional proposto		1.670	(1.670)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.396	2.400	-	14.796
Dividendo adicional aprovado - AGO de 10/04/2014		(1.445)		(1.445)
Lucro líquido do exercício			3.575	3.575
Constituição de reserva legal		179	(179)	-
Dividendos propostos	-	(849)	(849)	-
Dividendo adicional proposto	-	2.547	(2.547)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.396	3.681	-	16.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)		
	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.907	2.621
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.683	1.685
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	1.214	1.379
Ajuste a valor presente (provisão para desmantelamento)	48	43
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(90)	(69)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(19)	(14)
Outros		1
	6.743	5.647
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(98)	195
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(105)	(398)
Despesas pagas antecipadamente		(25)
Outros ativos operacionais	(5)	1
	(208)	(227)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	57	314
Outros tributos e contribuições sociais	28	78
Obrigações estimadas com pessoal	(16)	4
Encargos regulamentares e setoriais		(1)
Outros passivos operacionais		(263)
	(194)	457
Caixa proveniente das atividades operacionais	6.340	5.877
Imposto de renda e contribuição social pagos	(336)	(190)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.004	5.687
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(184)	(487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(184)	(487)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	895	(2.578)
Cauções e depósitos vinculados		11
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.001)	(2.312)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(2.017)	(1.842)
Encargos de dívidas	(1.221)	(1.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.344)	(8.118)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.476	(2.918)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.128	1.652
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.652	4.570
	1.476	(2.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Companhia ou Cenaeel), Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 11 de março de 2002, que tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 16 de fevereiro de 2009 pela EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis Brasil). A Companhia tem sede e foro à Rodovia PRT 280 - Km 94,3, no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, onde localizam-se as usinas geradoras de energia eólica denominadas Parque Eólico do Horizonte e Usina Eólica de Água Doce. Atualmente as duas usinas geradoras de energia eólica possuem 23 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 13,8 MW. A totalidade de produção de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWh)	Ano do início da operação	Autorização/Registro	
							Início	Término
Horizonte	Produtor Independente	Registro	SC	4,80	1,00	2004	12/08/02	Indefinida
Água Doce	Produtor Independente	Autorização	SC	9,00	2,35	2006	11/12/02	11/12/32
Total				13,80	3,35			

1.1 Registro do Parque Eólico do Horizonte

Por meio do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 472/02, substituído pelo Ofício nº 464/11, a Companhia foi registrada para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação da central geradora eólica denominada Parque Eólico do Horizonte. O registro vigorará por prazo indefinido.

A energia gerada é comercializada de acordo com a legislação, ficando assegurado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, nos termos da Resolução ANEEL nº 77/04, onde se estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidroelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, visando estimular novos investimentos na expansão dos sistemas elétricos.

1.2 Autorização da Usina Eólica de Água Doce

Por meio da Resolução da ANEEL nº 675/02, a Companhia é autorizada para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação da central geradora eólica denominada Usina Eólica de Água Doce. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Autorizada.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

1.3 Negociação de parte minoritária

Em Dezembro de 2014, a EDP Renováveis Brasil, S.A. chegou a acordo com a CWEL (Brasil) Participações Ltda (“CWEL Brasil”), uma subsidiária controlada integralmente pela China Three Gorges (“CTG”), para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social da Companhia. A Companhia estima que essa transação estará concluída até o segundo semestre de 2015.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2015.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

b) Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

c) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, quando aplicável, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, se aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo Imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos limitadas ao prazo de autorização. Para depreciação dos outros ativos utilizam-se as taxas de depreciação de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de autorização.

d) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 14)

Contingências

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 19)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 15.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Dividendos (Nota 15.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

p) Resultado por ação (Nota 20)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

q) Uso de estimativa e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item i); Recuperação dos ativos - *impairment* (nota 2.2 item f); Provisão para desmantelamento (nota 2.2 item j); e Provisão para variação entre energia faturada e energia despachada (nota 2.2 item o).

r) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Um instrumento é classificado como instrumento mantido até o vencimento, se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Passivos financeiros

A Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos regulamentadores e setoriais, e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia líquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

s) Contratos de arrendamento (Nota 23.1.1)

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3 Pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas na sua adoção.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras:

Revisão da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;

IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas e IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;

Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização,

alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012 e Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	3.128	1.652
Total	3.128	1.652

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2014
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	576	151	19		(151)		595
PIS e COFINS	769	309			(239)		839
IRRF sobre aplicações financeiras	143	14					157
Outros	-	2					2
Total	1.488	476	19	-	(390)	-	1.593
Circulante	1.488						1.593
Total	1.488						1.593
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	86	332		(185)	(151)		82
ICMS	-	4		(5)		1	-
PIS e COFINS	30	330		(105)	(239)		16
ISS	-	24		(23)			1
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	-	127		(149)		22	-
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	50	17		(20)			47
Outros	13	51		(29)		2	37
Total	179	885	-	(516)	(390)	25	183
Circulante	179						183
Total	179						183

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Partes relacionadas		Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
	Contraparte	Data da transação		31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	
Contrato de Serviços de consultoria	EDP - Energias do Brasil	30/12/10	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			167	167	(167)	(93)
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis (Espanha)	30/12/10	Data de conclusão (24/11/2014)						(16)
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil	01/01/13	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			7	4	(7)	
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Serviços Administrativos, Consultoria e Engenharia	EDP Renováveis Brasil	01/01/13	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			58	41	(58)	(41)
Ressarcimento de gastos com TI	EDP Renováveis Brasil	31/12/2013	Data de conclusão (24/11/2014)	875					
				875		232	212	(232)	(150)

a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A partir de 1º de janeiro de 2013, a EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

Para os gastos com pessoal, a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e a apropriação, é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

Para os serviços de Infraestrutura o objetivo é a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, limpeza e gastos de telecomunicações.

Para os demais serviços (Administração, Consultoria e Engenharia) a distribuição será conforme a necessidade da Companhia.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

b) Ressarcimentos de gastos com Tecnologia da Informação - TI

Referem-se a ressarcimentos de gastos com prestação de serviços de Tecnologia da Informação - TI prestados pela empresa Lógica América do Sul Soluções de Tecnologia Ltda., integralmente assumidos pela EDP Renováveis Brasil e concluído em 24/11/2014.

7.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil e a controladora final é a EDP Renováveis Espanha SA. A EDP - Energias do Brasil é investidora minoritária.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício de 2014 com os profissionais-chave da administração.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013
Cauções e depósitos vinculados	1.021	931
Total	1.021	931

10 Imobilizado

	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	4,00		(15.730)	(15.730)	4,00	37.479	(14.228)	23.251
			(15.730)	(15.730)		37.479	(14.228)	23.251
Sistema de transmissão associada								
Máquinas e equipamentos	4,00	4.474	(2.154)	2.320	4,00	4.474	(1.975)	2.499
		4.474	(2.154)	2.320		4.474	(1.975)	2.499
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,46	21	(21)	-	11,46	21	(20)	1
Veículos								
Móveis e utensílios	6,25	11	(10)	1	6,25	11	(10)	1
		32	(31)	1		32	(30)	2
Total do Imobilizado em serviço		4.506	(17.915)	(13.409)		41.985	(16.233)	25.752
Imobilizado em curso								
Geração		271		271		162		162
Total do Imobilizado em curso		271	-	271		162	-	162
Obrigações vinculadas à concessão								
Total do imobilizado		4.777	(17.915)	(13.138)		42.147	(16.233)	25.914

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2014
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	25.751		(1.682)	(226)	23.843
Veículos					
Móveis e utensílios	1				1
Total do imobilizado em serviço	25.752	-	(1.682)	(226)	23.844
Total do imobilizado em curso	162	109	-	-	271
Total do imobilizado	25.914	109	(1.682)	(226)	24.115

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a companhia, realizou o teste de impairment e concluiu que não houve ativos, que tenham sofrido desvalorização. Dessa forma em 31 de dezembro de 2014 a Companhia entende que o valor contábil líquido registrado dos ativos não sofrem alterações.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2014			31/12/2013			Total	
								Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante		Não circulante
BNDES	11.500	11.500	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica Índice de Cobertura do Serviço de Água Doce. da Dívida maior ou igual a 1,40.		3,50% a.a.	Principal e Juros mensais.	23	1.208	5.580	6.811	27	1.124	6.788	7.939
BRDE	9.000	9.000	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica Índice de Cobertura do Serviço de Água Doce. da Dívida maior ou igual a 1,40.		4,50% a.a.	Principal e Juros mensais.	21	970	4.581	5.572	24	893	5.551	6.468
Total								44	2.178	10.161	12.383	51	2.017	12.339	14.407

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 23.2.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:					
	Valor líquido em 31/12/2013	Paga-mentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Valor líquido em 31/12/2014
Curto Prazo					
Empréstimos e Financiamentos					
Principal	2.017	(2.017)		2.178	2.178
Juros	51	(1.221)	1.214		44
	2.068	(3.238)	1.214	2.178	2.222
Longo Prazo					
Empréstimos e Financiamentos					
Principal	12.339			(2.178)	10.161
	12.339	-	-	(2.178)	10.161

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):	
Vencimento	
Circulante	
2015	2.222
	2.222
Não circulante	
2016	2.394
2017	2.608
2018	2.842
2019	2.317
	10.161
Total	12.383

14 Provisões		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	
Desmantelamento	337	515	
Total	337	515	

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento dos parques eólicos Horizonte e Água Doce está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 23.1.1.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até o fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,75% a.a..

15 Patrimônio líquido**15.1 Capital social**

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 encontra-se totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$12.396 e está representado por 2.053.500 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

Acionistas	Ações Nominativas	%
EDP - Renováveis Brasil S.A.	2.053.499	100,00
Outros	1	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido apurado no exercício	3.575	2.343
Constituição da reserva legal - 5%	(179)	(117)
	3.396	2.226
Destinação do lucro	3.396	2.226
Dividendos		
Dividendo mínimo obrigatório	849	556
Dividendo adicional proposto	2.547	1.670
Quantidade de ações	2.053.500	2.053.500
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	0,001240	0,000813
Dividendos por ação - R\$	0,001654	0,001084

15.3 Reservas de lucros

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de lucros		
Legal	909	730
Retenção de lucros		
Dividendo adicional proposto	2.547	1.670
Total	3.456	2.400

16 Receitas

	2014	2013
Suprimento de Energia elétrica	10.020	8.878
Receitas com operações de energia elétrica	10.020	8.878
Receita operacional bruta	10.020	8.878
(-) Deduções à receita operacional	(366)	(324)
PIS/COFINS	(366)	(324)
Receita	9.654	8.554

17 Gastos operacionais

	2014			2013		
	Custo do serviço	Despesas operacionais				
	Com	Gerais e				
	energia elétrica	De operação	administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Encargos de uso da rede elétrica	283				283	262
Taxa de fiscalização				17	17	17
	283	-	-	17	300	279
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e						
Entidade de previdência privada	70				70	103
Material	66				66	78
Serviços de terceiros	1.913	142			2.055	2.114
Depreciação	1.682				1.682	1.684
Amortização			1		1	1
Aluguéis e arrendamentos	142				142	105
Outras	291				291	191
	-	4.164	143	-	4.307	4.276
Total	283	4.164	143	17	4.607	4.555

18 Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	90	69
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	19	14
Outras receitas financeiras	29	
	138	83
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.214)	(1.379)
Variações monetárias moeda nacional		(22)
Ajustes a valor presente	(47)	(44)
Outras despesas financeiras	(18)	(16)
	(1.279)	(1.461)
Total	(1.141)	(1.378)

19 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.907	2.621	3.907	2.621
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(977)	(655)	(352)	(236)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outros				
Ajuste lucro presumido	766	456	231	133
Incentivos fiscais		24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(211)	(175)	(121)	(103)
Alíquota Efetiva	5,40%	6,68%	3,10%	3,93%

20 Resultado por ação

O Resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o Resultado por ação do exercício. Dessa forma, o Resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao Resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do Resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	3.575	2.343
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	2.054	2.054
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,74100	1,14098

21 Instrumentos financeiros**Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	3.128	1.652	3.128	1.652
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis		1.002	904	1.002	904
Não circulante							
Partes relacionadas	7	Empréstimos e recebíveis			875		875
Cauções e depósitos vinculados	8	Ativos mantidos até o vencimento		1.021	931	1.021	931
				5.151	4.362	5.151	4.362
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado		876	819	876	819
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado		2.222	2.068	2.222	2.068
Credores diversos - concessionárias	9	Outros ao custo amortizado			630		630
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado		10.161	12.339	10.161	12.339
Partes relacionadas	7	Outros ao custo amortizado		232	212	212	212
				13.492	16.068	13.472	16.068

21.1.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira;

(ii) Concessionárias: composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica;

(iii) Partes relacionadas: é composto por contratos de prestação de serviços, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo;

(iv) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 8;

(v) Fornecedores: tem giro constante e é composto, principalmente, de encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado, materiais e serviços. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação; e

(vi) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

21.1.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES e o BRDE. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2014 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 23.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

21.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de dividendos a pagar no valor de R\$849 (2013 R\$556), atividades estas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos por obrigações de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	1.347	95	316	116	820
Obrigações de compra	2.233	1.069	1.164		
	3.580	1.164	1.480	116	820

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

23.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a Companhia tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de energia das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores.

Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a órgão governamental em atividade comprovada à época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2014	2013
Despesa com a variação da arroba do boi (i)		
Despesa com pagamento de energia	2	1
	2	1

(i) A Companhia revisou no ano de 2014 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 20,1% e a variação da arroba do boi gordo foi de 34,8%, no acumulado dos anos de (2008 - 2014). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2014. Em 2015 e 2016 será feito o reajuste pelo IGP-M e em 2017 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste.

23.1.2 Obrigações de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2014	31/12/2013
Depósito Cauconado	1.021	931
Penhor de Ações	12.396	12.396
Seguro garantia	32	
Bens móveis	16.605	17.404
	30.054	30.731

Depósito Cauconado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de Depósito cauconado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o BNDES, BRDE e a Companhia, neste caso beneficiária, em 19 de maio de 2006, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do Capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dada como garantia pertencem à EDP - Renováveis Brasil, conforme nota 15.1.

Bens móveis: Corresponde a alienação fiduciária de 23 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de Bens móveis, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

24 Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2014 foram de R\$32 (2013 R\$36), sendo registrado no resultado do exercício dispêndios relativos a monitoramento da fauna.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Renato Volponi Lício
Diretor

João Maurício Gumiero
Contador - CRC 1SP165264/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.

Água Doce - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as companhias fechadas e pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Rosane Palharim
Contadora - CRC 1SP220280/O-9